

EDITORIAL

A emergência e a consolidação do niilismo como problema filosófico

Desceu sobre nós a mais profunda e a mais mortal das secas dos séculos – a do conhecimento íntimo da vacuidade de todos os esforços e da vacuidade de todos os propósitos (Fernando Pessoa)¹

Já passou o tempo em que a acusação de niilismo servia para distinguir e valorar as qualidades morais ou as posições políticas de um indivíduo ou grupo, ou mesmo para designar os signos de decadência de uma sociedade, alguns mais evidentes, outros mais sutis e dissimulados. Inclusive, pareceria pouco crível que alguém hoje, chamado de niilista, buscasse o reparo da sua honra por um combate às antigas, justamente porque o próprio termo parece remeter a uma realidade de um outro tempo, em que niilistas, revolucionários e mantenedores da ordem resolviam as “ofensas à honra” por meio do restabelecimento da honra em combate, quando expressão de uma têmpera heroica individual, ou mesmo, de um atentado com armas ou à bomba, quando expressão de uma têmpera caótica e revolucionária. Mesmo os amantes da literatura russa – responsável por popularizar a expressão e celebrar personagens e os dilemas niilistas de indivíduos e sociedades – dificilmente adeririam a tais práticas, simplesmente devido ao seu amor a Bazárov-Turgêniev ou Ivan Karamazov-Dostoievski. Porém, é difícil saber se isso se deve ao fato de termos superado o niilismo ou se, ao contrário, dada sua intensificação, tal atribuição qualificativa já não nos escandaliza mais por sermos todos niilistas, em maior ou menor grau. Se, em outros tempos, ser identificado como niilista poderia significar uma ofensa grave – a não ser, é claro, àqueles que assim se denominavam, então era sinal de orgulho, que aparecia como solene insolência – hoje pareceria uma excentricidade, ou ainda, algo sequer compreendido dada a radical miséria espiritual do nosso tempo em que as palavras pouco significam ou significam coisas demais.

¹ Fernando Pessoa. **Livro(s) do Desassossego**. Edição de Teresa Rita Lopez. São Paulo: Global, 2015. p. 218.

EDITORIAL

O que é o niilismo? Pergunta de difícil resposta. Seria apenas a expressão de uma noção com circunscrição histórica e cultural bem delimitada, surgida na Europa nos fins do século XVIII de modo mais enfático e que, tal como surgiu, desapareceu ou desaparecerá nas brumas do tempo? Ou, apesar do inevitável reconhecimento de sua emergência histórica, ainda assim, essa própria aparição histórica permitiria advogar a existência de um componente niilista intrínseco ao humano, porém, ao qual apenas se pôde dar destaque, inclusive, o qual apenas somente pôde ser visto após sua aparição circunscrita e concentrada no final do século XVIII? Trata-se de uma realidade datada, da humanidade dos últimos dois séculos – e talvez ainda do nosso século, como queria Nietzsche – ou de algo inerente ao humano, que assoma e reflui como a maré?

Apenas um tratado filosófico-historiográfico poderia responder estas perguntas com o devido rigor, pois elas remetem às difíceis questões que dizem respeito ao método adequado de interpretação de conceitos e noções filosóficas, não do método adequado da leitura de textos de filosofia, e sim, do método adequado para a apreensão das dinâmicas a partir das quais conceitos se constituem ou são criados e por quais vias secretas, conceitos dialogam com conceitos, formando uma comunidade conceitual. Nossa curta imaginação supõe que não é tarefa da filosofia abordar a história da formação do conceito porque não conseguimos pensar uma vida interligada dos conceitos, com uma história própria e uma genealogia adequada para sua reconstituição. Entendemos a história de constituição de um conceito meramente como história do indivíduo que supostamente o criou, da cultura, do tempo histórico em que ele apareceu – se é que, de fato, um conceito aparece à cultura e à história – e com isso, o problema é falseado desde seu ponto de partida.

Alain de Libera, na introdução do primeiro volume da sua tetralogia sobre a *Arqueologia do sujeito*, intitulado *Nascimento do sujeito*, oferece uma reflexão primorosa sobre um problema paralelo ao da definição de niilismo – no momento em que expressou os desafios metodológicos de uma pesquisa arqueológica sobre a noção de sujeito, que é a que ele se propõe desenvolver – nos seguintes termos:

Se não tivesse havido o-*cogito*-de-Descartes, sem dúvida jamais teria havido o-*cogito*-de-Agostinho. Mas, mais ainda, se não tivesse havido, aumentando a mira, esse objeto trans-histórico: “o”-*cogito*-de-Descartes, ninguém jamais teria se interessado em “o” procurar, e naturalmente em “o” encontrar em estado nascente nesse outro: “o”-*cogito*-EM-Agostinho. Procurar o

EDITORIAL

primeiro/último domicílio conhecido de um conceito sem domicílio fixo não é verdadeiramente tarefa do historiador. Assim como “o” *cogito*, “o” *sujeito* “cartesiano”, seu irmão siamês, não existia antes que filósofos pós-cartesianos o introduzissem em Descartes. O mesmo se pode dizer “do” *sujeito* “pré-cartesiano”. Uma arqueologia do sujeito deve, portanto, “traçar” dois produtos distintos, um na história, outro na historiografia: a entrada do sujeito na filosofia, de um lado, e a invenção da *figura* do sujeito, de outro, evitando confundir o trajeto efetivo de um com as etapas inventadas na projeção retrospectiva do outro. Tarefa difícil, pois, evidentemente, tudo se atrela, e a criação moderna “do” *sujeito* “cartesiano” tem alguma coisa a ver com Descartes. O que exatamente? Essa é a questão. (LIBERA, 2013, p. 34).

Mas, se a fidelidade a esta orientação metodológica arqueológica comporta grande dificuldade, ao menos, o “objeto” de estudo de Libera é claramente elaborado. E as flutuações de sentido, as dificuldades quanto ao sentido daquilo que “entra na filosofia” pode mais facilmente ser apreendido na medida em que ele possui uma função operativa no conjunto dos textos de Descartes, ocupando uma função orientadora. Ou seja, é um conceito! O mesmo não ocorre com o niilismo. Inclusive, estamos autorizados a perguntar: tratar-se-ia, de fato, de um conceito? Não se trata, antes, de uma noção, mais ou menos vaga, imprecisa, mais ou menos difusa? Sua própria emergência histórica atesta uma certidão de nascimento lavrada em vários cartórios: literatura, filosofia, religião, história. Em comum, uma certa referência ao nada. Em *Pais e filhos*, a obra literária que celebrizou a tipologia do niilista, lemos:

– O que Bazárov é? – sorriu Arkádi. – Tio, o senhor quer que eu lhe diga o que ele é, precisamente? / – Faça-me esse favor, meu sobrinho. / – É um niilista / – Como? – perguntou Nikolai Petróvitch, enquanto Pável Petróvitch se punha imóvel, a faca erguida no ar com um pouco de manteiga na ponta da lâmina. – Ele é um niilista – repetiu Arkádi. / – Niilista – disse Nikolai Petróvitch. – Vem do latim *nihil*, nada, até onde posso julgar; portanto essa palavra designa uma pessoa que ... que não admite nada? [...] Não [...] o niilista é uma pessoa que não se curva diante de nenhuma autoridade, que não admite nenhum princípio aceito sem provas, com bases na fé, por mais que esse princípio esteja cercado de respeito (TURGÊNIEV, 2004, pp. 46-47)².

Já na *Carta a Fichte*, de Friedrich Heinrich Jacobi, texto que introduziu mais explicitamente a noção no âmbito da filosofia, vemos o autor acusar o idealismo como

² TURGÊNIEV, Ivan. **Pais e filhos**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

EDITORIAL

uma forma de niilismo justamente pela radicalização daquele princípio racional expresso na passagem do texto de Turguêniev: “O homem deve fazer uma escolha, uma única escolha: o *nada* ou *um Deus*” (JACOBI, 1996, p. 508)³. No seu âmbito mais fundamental, contudo, essa escolha não resulta de uma deliberação da razão, e sim, de uma escolha do coração, afinal, parece suficientemente sabido que o assentimento a Deus não resulta de uma operação do intelecto, e sim, da crença, de um não-saber. Frente à alternativa: O *nada* ou *um Deus*, o niilista escolhe o nada, e com isso, implode, junto com sua escolha, a própria possibilidade de continuar havendo sentido.

Os textos que a Revista *Dialectus* ora apresenta, compõem um primeiro volume dedicado ao problema do niilismo⁴ e abordarão tal tema nesta sua acepção geral, um tanto difusa do termo. Nesse sentido, os artigos buscam apresentar, cada qual à sua maneira e a partir de referenciais teóricos distintos – mas com foco concentrado no século XIX, embora não exclusivamente –, aproximações ao estado de nascimento e de fixação do niilismo enquanto uma noção decisiva para a constituição da autoconsciência filosófica, literária, cultural europeia, principalmente. Isso, todavia, não apenas, visto que há o caso dos russos que criam uma arena de disputa com a Europa nas suas discussões sobre a modernidade e a modernização. Se essa pluralidade de interpretações sobre o niilismo não fornecer uma resposta objetiva à pergunta “O que é o niilismo?”, ao menos fornecerá pistas para circunscrever as razões de uma resposta a essa pergunta; resposta que não poder ser senão plural, diversificada. Porque, na base de uma genealogia ou de uma arqueologia do niilismo, encontraremos múltiplos focos de nascimentos. Os textos aqui apresentados também permitirão compreender os motivos que levaram o niilismo a ser alçado a signo aglutinador de problemas, impasses e desafios do tempo. Se, como queria Nietzsche, a história do niilismo, que ele contava, era “a história dos dois próximos séculos”, ainda estamos a meio caminho... Suportaremos mais um século de convívio com o “mais perturbador de todos os hóspedes”? Parece fazer sentido, então, ao menos, buscar compreendê-lo, pois há indícios suficientes para ver que nenhuma ação de despejo – seja lógica, metafísica, ética ou política –, poderá removê-lo das nossas vidas. Para pensar estes problemas convidamos à leitura dos textos que compõem o Dossiê e dos quais faremos uma breve apresentação a seguir.

11

³ JACOBI, Friedrich Heinrich. “Carta a Fichte”. In: **Cartas a Mendelssohn / David Hume / Carta a Fichte**. Tradução de José Luis Villacañas. Barcelona: Círculo de Lectores, 1996. pp. 481-513.

⁴ Um segundo volume, dedicado prioritariamente ao niilismo no século XX, será publicado na próxima edição da Revista *Dialectus*, em agosto/2023.

EDITORIAL

O texto que abre o Dossiê, *Vacuidade e niilismo no pensamento de Nāgārjuna*, de Giuseppe Ferraro (UFMG), problematiza a interpretação, comum tanto entre autores antigos quanto nos estudos budológicos contemporâneos, de acordo com a qual a doutrina da vacuidade proposta por Nāgārjuna constituiria um niilismo metafísico radical. Contrariamente a estas interpretações tradicionais, Ferraro sustenta que o fundador da escola Madhyamaka busca evitar e eliminar qualquer metafísica por uma estratégia afim a um programa filosófico que elege o “caminho do meio”, equidistante das categorias do ser e do não-ser.

Luciano Carlos Uteich (UNIOESTE), em *O caráter antissubversivo e os elementos sócio-políticos na imputação jacobiana de Niilismo*, explora a hipótese interpretativa de que a caracterização negativa da razão pura foi gestada por Jacobi em obras ainda anteriores à *Carta a Fichte*, texto no qual a crítica especializada normalmente foca a atenção, e examina tal crítica nos opúsculos *Algo que disse Lessing. Um comentário à “Viagem dos Papas”* (1782) e *Carta a Laharpe* (1790). Explorando a oscilação entre uma argumentação, inicialmente favorável e, em seguida, desfavorável à razão, esta última aparece na *Carta a Fichte*, chega-se à constatação de que a caracterização negativa da razão depende de um fundo sócio-político, a saber, ao fato de que a razão possui um elemento subversivo, o qual teria sido o original motivo que levou Jacobi a modificar sua posição inicial em favor da razão.

O artigo *Niilismo, conhecimento e absoluto em Friedrich H. Jacobi*, de José Fernandes Weber (UEL), aborda as conexões entre o problema do conhecimento e do absoluto e os desdobramentos argumentativos que levaram Jacobi à acusação de que “Idealismo é niilismo”. Centrado na *Carta a Fichte*, de Friedrich H. Jacobi, além de apresentar as razões filosóficas que levaram Jacobi a tal acusação, também apresenta brevemente aquelas que seriam as alternativas de Jacobi ao niilismo.

Rossano Pecoraro (UNIRIO), em *O nada e o mal na filosofia moral de Leopardi*, apresenta o conceito do Nada (*Nihil*) no pensamento e na filosofia moral de Giacomo Leopardi, como algo mais radical e profundo do que a noção moderna de Niilismo e que atravessa o pensamento de Leopardi em suas perspectivas ontológicas, morais e sociais. A afirmação: “Tudo é Nada (...). Tudo é Mal” é apresentada como enigmático portal para compreender o sentido de toda a sua reflexão.

Il fragile equilibrio tra mistica e filosofia nel pensiero di Arthur Schopenhauer, de Giulia Miglietta (Unisalento/Lecce/It), dá atenção ao problema do misticismo na

filosofia de Schopenhauer. Partindo da constatação da diminuta referência ao misticismo na obra schopenhaueriana, a autora analisa se seria possível revelar uma definição unívoca do misticismo no conjunto da obra a fim de determinar, a partir desse sentido, as relações particulares entre o misticismo e niilismo.

Aguinaldo Pavão (UEL), em seu artigo *Niilismo, suicídio e valor da vida em Schopenhauer*, discute o niilismo ínsito na filosofia de Schopenhauer. Para tal, mostra que o pessimismo de Schopenhauer incorpora dois tipos de niilismo, um que afirma verdades axiologicamente neutras sobre o mundo, outro que se compromete com uma tese valorativa sobre o sentido da vida e que considera a negação da vontade o maior objetivo moral. Sua hipótese consiste em sustentar a existência de deficiências na argumentação de Schopenhauer, inscritas especialmente na transição entre as teses descritivas e valorativas.

No artigo *O niilismo segundo o modelo de São Petesburgo*, Antonio Edmilson Paschoal (UFPR), circunscrito à apropriação feita por Nietzsche de algumas ideias de Ivan Turguêniev e Fiódor Dostoiévski, busca precisar os momentos em que o conceito/expressão “niilismo russo” aparece nos escritos de Nietzsche e os papéis que exerce neles, dando atenção especial para uma forma ambivalente de niilismo que o filósofo chama de “niilismo segundo o modelo de São Petersburgo”.

Paulo Jakimiu Sabino (UFPR), em *O niilismo nas Memória do Subsolo: A crítica à razão como crítica à modernidade ocidental em Dostoiévski* se propõe pensar a crítica de Dostoiévski à razão em *Memórias do Subsolo* como uma crítica à modernidade ocidental. Dando destaque ao contexto histórico russo do século XIX e à “importação de ideias” da Europa ocidental para a Rússia, o autor aborda, além da dimensão filosófica do problema, também a dimensão social, ambas importantes para constituição do niilismo na Rússia.

Em *Niilismo administrativo: Considerações sobre uma rápida menção de Nietzsche a uma crítica de Thomas Huxley a Herbert Spencer*, Wilson Antonio Frezzatti (UNIOESTE) analisa a importância do niilismo na *Genealogia da Moral*, de Nietzsche, explorando a conexão do termo “niilismo administrativo” – termo emprestado de Thomas Huxley e cuja importância será explicitada no artigo – com a noção de vontade de potência e com o pressuposto do procedimento genealógico que consiste em afirmar que a função de uma estrutura nada diz sobre a origem dessa mesma estrutura.

EDITORIAL

A proposta apresentada por Marco Aurélio Fernandes (UNB) no artigo *Heidegger e o impasse do niilismo de Nietzsche* consiste em repensar a relação de Heidegger com Nietzsche a partir da questão da essência do niilismo. Focado no volume 48 da Obra completa de Heidegger, intitulada *O niilismo europeu*, é dada atenção ao modo como Heidegger ouve a palavra de Nietzsche na história do pensamento ocidental, expondo igualmente a resposta dada por Heidegger a esta palavra. Fernandes também salienta os impasses que o pensamento do valor impõe no instante histórico para uma superação da metafísica.

Death of God, nihilism, human existence. Gabriel Marcel and Friedrich Nietzsche, de Paolo Scolari (Università Cattolica del Sacro Cuore), explora a extraordinária atualidade do pensamento e da figura de Nietzsche destacadas por Gabriel Marcel em sua palestra *Nietzsche: l'homme devant la mort de dieu*. Tal atualidade é abordada a partir do problema da morte de Deus, escavando aí uma mina de ideias e *insights* a serem melhor explorados. Por essa razão, a filosofia de Nietzsche, e suas análises sobre o niilismo, não apenas não estão ultrapassadas, pois, antes de afirmar tê-las deixado para trás, é melhor ter certeza de que as alcançamos.

Por fim, esse primeiro volume encerra com a Resenha “Cenários do niilismo no México: impasses e superações” de Claudinei Aparecido de Freitas da Silva (UNIOESTE). Trata-se de uma resenha do recente livro *El nihilismo mexicano: una reflexión filosófica* do filósofo mexicano Mario Teodoro Ramírez, lançado pela Bonilla Artigas, em 2022. Ramírez parte de uma interrogação de base: “O mexicano é um ser fundamentalmente niilista? O niilismo é o conceito que nos permite, hoje, mais de setenta anos após o surgimento do grupo Hiperión, caracterizar filosoficamente o espírito – a visão, o ânimo, a conduta – do mexicano? O mexicano possui uma vontade de nada que, de imediato, se converte em um nada de vontade?”. Ora, ao se valer desse questionamento o autor acentua o “caráter da visão mexicana da existência”, seja ela essencialista ou substancialista e, a partir daí, discute o próprio conceito de niilismo como categoria basilar para se compreender essa visão cultural.

Com menção ao Prof. Eduardo Chagas e a Jarbas Vasconcelos, agradecemos a toda a equipe editorial da Revista *Dialectus* pela acolhida deste projeto. Que a receptividade e a gentileza com as quais fomos acolhidos também fique como uma oferta a quem nos lê. Proveitosa leitura.

EDITORIAL

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva (UNIOESTE)⁵

José Fernandes Weber (UEL/UNIOESTE)⁶

OS ORGANIZADORES

15

⁵ Professor dos cursos de graduação e de pós-graduação (*stricto sensu*) em Filosofia da UNIOESTE – Campus Toledo com estágio pós-doutoral pela Université Paris 1 – PANTHÉON-SORBONNE (2011/2012). Escreveu *A carnalidade da reflexão: ipseidade e alteridade em Merleau-Ponty* (São Leopoldo, RS, Nova Harmonia, 2009) e *A natureza primordial: Merleau-Ponty e o 'logos do mundo estético'* (Cascavel, PR, Edunioeste, 2010; 2019). Organizou *Encarnação e transcendência: Gabriel Marcel, 40 anos depois* (Cascavel, PR, Edunioeste, 2013), *Merleau-Ponty em Florianópolis* (Porto Alegre, FI, 2015), *Kurt Goldstein: psiquiatria e fenomenologia* (Cascavel, PR, Edunioeste, 2015), *Festschrift aos 20 anos do Simpósio de Filosofia Moderna e Contemporânea da UNIOESTE* (Cascavel, PR, Edunioeste, 2016), *Compêndio Gabriel Marcel* (Cascavel, PR: Edunioeste, 2017), *A fenomenologia no oeste do Paraná: retrato de uma comunidade* (Toledo, PR, Vivens, 2018) e *Fenomenologia e Hermenêutica* (São Paulo: ANPOF/PHI, 2019), além de dossiês temáticos em diversos periódicos nacionais e internacionais. Traduziu os *Fragmentos filosóficos: 1909-1914* (Cascavel, PR, Edunioeste, 2018) e *Os homens contra o humano* de Gabriel Marcel (Cascavel, PR, Edunioeste, 2023). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9321-5945>. E-mail: cafsilva@uol.com.br

⁶ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq/Brasil, por meio da concessão de Bolsa de Pós-Doutorado Sênior (Processo: 101957/2022-0), desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) supervisionada pelo Prof. Dr. Antonio Edmilson Paschoal e Bolsa de Produtividade em Pesquisa, nível 2 (Processo: 313373/2021-3). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8402-7224>. Email: jweber@uel.br.